

Referências das Rotinas Administrativas da EMERJ

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

RAD-EMERJ-001 – Documento Estratégico da EMERJ

Com vigência a partir de 09/10/2019

RAD sem Referências

RAD-EMERJ-002 – Preparar Concurso Público para Ingresso na EMERJ

Com vigência a partir de 28/06/2019

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da EMERJ;

Ato Regimental da EMERJ nº 02/2014, que dispõe sobre vagas para candidatos afrodescendentes e indígenas;

Portaria EMERJ nº 10/2018 Institui a Comissão de Concurso Público para Seleção e Ingresso no Curso de Especialização em Direito Público e Privado - EMERJ.

RAD-EMERJ-003 – Programar Cursos de Especialização

Com vigência a partir de 07/06/2018

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-EMERJ-004 – Elaborar Cadernos de Exercícios

Com vigência a partir de 24/07/2019

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-EMERJ-005 – Realizar Aulas e Avaliar Professores

Com vigência a partir de 09/09/2019

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-EMERJ-006 – Elaborar Provas

Com vigência a partir de 07/06/2018

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-EMERJ-007 – Coordenar Secretaria Acadêmica

Com vigência a partir de 19/10/2018

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

Regulamento do Trabalho Jurídico-científico de Conclusão de Curso da EMERJ

Regulamento dos Estágios da EMERJ

Ato Regimental 02/2010 - Resolve que os requerimentos formulados a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ deverão ser apreciados nos prazos que menciona, contados da data em que foram protocolados.

Ato Regimental 02/2014 – Dispõe sobre vagas para candidatos Afrodescendentes e Indígenas.

RAD-EMERJ-008 – Selecionar e Convidar Professores

Com vigência a partir de 08/06/2018

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-EMERJ-009 – Gerenciar Programa de Estágio

Com vigência a partir de 14/06/2019

Regimento do Curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

RAD-EMERJ-010 – Realizar Estudos e Pesquisas

Com vigência a partir de 01/07/2019

Ato Regimental 01/2019 da EMERJ - Cancela os Atos Regimentais nº 09, de 14 de março de 2017 e nº 11, de 25 de abril de 2017, alterando, redefinindo e atualizando a estrutura dos Fóruns Permanentes da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, passando a ter a seguinte redação;

Resolução CM nº 07/2016 - Dispõe sobre os critérios para o Desenvolvimento de Pessoas nas carreiras do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, mediante ações de capacitação.

RAD-EMERJ-011 – Realizar Curso Oficial de Formação Inicial para Magistrado

Com vigência a partir de 12/06/2018

Resolução ENFAM nº 2/2016 – Dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

Instrução Normativa ENFAM nº 1/2017 - Disciplina o credenciamento de cursos oficiais;

Resolução ENFAM nº 2/2017 – Altera a Resolução ENFAM 2/2016;

Ato Executivo nº 1165/2013 – Institui a Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais – COJES do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução nº 174/2013 – CNJ – Dispõe sobre a atividade de juiz leigo no Sistema de Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal.

RAD-EMERJ-012 – Realizar Cursos Oficiais de Aperfeiçoamento para Fins de Vitaliciamento

Com vigência a partir de 18/02/2019

Resolução nº 08/2018 – Modifica a Resolução 10/2012 do Conselho da Magistratura que regula o processo de vitaliciamento dos magistrados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;

Resolução nº 10/2012 do Conselho da Magistratura – Regula o processo de vitaliciamento dos juizes do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;

Resolução ENFAM nº 2 de 8 de Junho de 2016 – Dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

Instrução Normativa ENFAM nº1 de 03 de maio de 2017. Disciplina o credenciamento de cursos oficiais;

Resolução nº 11/2016 do Conselho da Magistratura - Modifica a Resolução CM nº 10/2012 que regula o processo de Vitaliciamento dos Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução ENFAM nº 2/2017 – Altera a Resolução ENFAM 2/2016.

Ato Regimental Nº 03/2017 da EMERJ - Estrutura a Comissão de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da EMERJ e define suas atribuições.

RAD-EMERJ-013 – Realizar Cursos Oficiais de Aperfeiçoamento para Promoção na Carreira

Com vigência a partir de 24/05/2019

Resolução nº 106/2010 – Dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau.

Resolução nº 2/2016 – Dispõe sobre os programas para a formação, e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

Instrução Normativa nº 1/2017 – Disciplina o credenciamento de cursos oficiais da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM);

Ato Regimental nº 03/2017 – Dispõe sobre a estrutura da Comissão de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – COMAM;

Resolução nº 2/2017 – Altera a Resolução ENFAM n.2 de 8 de junho de 2016, que dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

Resolução nº 4/2017 – Altera a Altera a Resolução ENFAM n.2 de 8 de junho de 2016, que dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores.

RAD-EMERJ-014 – Protocolizar Documento

Com vigência a partir de 15/12/2020

Decreto nº 3.147, de 28 de abril de 1980. Regulamenta o Capítulo IV do Título V do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, aprovado pela Lei nº 287, de 04/12/79, que dispõe sobre a concessão, a aplicação e a comprovação dos adiantamentos e dá outras providências.

Ato Normativo TJ nº 16, de 01 de julho de 2010, alterado pelos Atos Normativos TJ nº 18, de 06 de julho de 2010 e nº 22, de 10 de agosto de 2010. Consolida e disciplina as normas e procedimentos gerais de concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Lei 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Ato Normativo nº 03/2018 – Altera o Ato Normativo TJ nº. 16, de 01/07/2010 (ESTADUAL).

RAD-EMERJ-016 – Administrar o Quadro de Pessoal

Com vigência a partir de 15/12/2020

Decreto 2479/1979 - Aprova o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Decreto-lei nº 220/1975 - Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo 26/2009 – Disciplina o exercício do direito às férias dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Lei 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei nº 11.788, de 25.09.2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

RAD-EMERJ-017 – Gerenciar Compras

Com vigência a partir de 05/11/2019

Lei Federal 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei Federal 10.520/2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

Lei Complementar 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n. 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1. de maio de 1943, da Lei n. 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n. 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

Ato Executivo TJ nº 141/2018 - Dispõe sobre o dever de cumprimento da Deliberação TCE-RJ nº 281/17 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Deliberação TCE nº 280/2017 - Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos que especifica;

Deliberação TCE nº 281/2017 - dispõe sobre o Sistema Integrado de Gestão Fiscal - SIGFIS e dá outras providências.

RAD-EMERJ-018 – Coordenar Serviços Gerais de Infraestrutura e Logística

Com vigência a partir de 17/03/2020

RAD sem Referências

RAD-EMERJ-019 – Gerenciar Suporte de Áudio e Vídeo

Com vigência a partir de 17/02/2020

RAD sem Referências

RAD-EMERJ-020 – Editar Publicações e Gerar Impressos

Com vigência a partir de 05/02/2020

RAD sem Referências

RAD-EMERJ-021 – Gerenciar Guarda, Controle e Distribuição de Material

Com vigência a partir de 24/07/2020

Lei Federal 8.666/93, art. 24, II. - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Deliberação 278/17 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE) - Dispõe sobre a apresentação da Prestação de Contas Anual de Gestão, no âmbito da Administração Estadual e dá outras providências;

Lei 4.320/64 - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Classificador de Receita e Despesa (Governo do Estado do Rio de Janeiro).

Lista de Classificação – Índice Alfabético de Classes (Secretaria de Estado de Administração do Governo do Estado do Rio de Janeiro – Superintendência de Material);

Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015 – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Portaria Conjunta RFP/PGFN Nº 1751, DE 02/10/2014 – Dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.

RAD-EMERJ-022 – Realizar Atividades Relativas à Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Com vigência a partir de 01/07/2019

Lei Estadual 287, de 4 de dezembro de 1979 - Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências, com alteração da Lei 3506/00;

Lei 4.320, de 17 de março de 1964 - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Lei 8.666/93 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Deliberação nº 198/96 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCERJ Dispõe sobre a instauração e organização de processos de prestação de contas, tomada de contas e tomada de contas especial, no âmbito da Administração Estadual, e dá outras providências.

RAD-EMERJ-023 – Realizar Conciliação Bancária

Com vigência a partir de 02/06/2017

Lei nº 287, de 04/12/1979 – Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro;

Lei 3506, de 13/12/2000 – Altera os dispositivos da Lei 287, de 04/12/1979.

Lei 1.624, de 12/03/1990 – Criou o Fundo Especial da EMERJ.

Lei nº 4.320, de 17/03/1964 - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

Manual SGEMERJ – Controle do Fundo EMERJ.

RAD-EMERJ-024 – Realizar Conciliação Bancária e o Agendamento do Pagamento de Despesas

Com vigência a partir de 10/07/2020

Lei nº 287, de 04/12/1979 - Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Lei 3.506, de 13/12/2000 - Altera os dispositivos da Lei 287, de 04/12/1979.

Lei 1.624, de 12/03/1990 - Criou o Fundo Especial da EMERJ.

Lei nº 8.666, de 21/06/1993 - Lei das Licitações e Contratos da Administração Pública.

Lei nº 4.320, de 17/03/1964, Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro.

Manual SGEMERJ – Controle do Fundo EMERJ.

Manual MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

RAD-EMERJ-025 – Gerenciamento das Arrecadações do Fundo Especial da EMERJ

Com vigência a partir de 17/09/2020

Lei 1.624, de 12/04/1990 - Criou o Fundo Especial da EMERJ.

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado;

SGEMERJ (CONPAG) – Manual do Usuário (SGEMERJ Módulo 3)

RAD-EMERJ-026 – Planejar e Realizar as Atividades do Gabinete da Direção-Geral da EMERJ

Com vigência a partir de 12/11/2019

Manual de Elaboração de Atos Formais de Gestão Administrativa do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Executivo TJ nº 141/2018 - Dispõe sobre o dever de cumprimento da Deliberação TCE-RJ nº 281/17 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-EMERJ-027 – Coordenar a Biblioteca da EMERJ

Com vigência a partir de 28/06/2019

Classificação Decimal de Direito

Normas de documentação da ABNT

Tabela de CUTTER

Vocabulário Controlado Básico do PRODASEN

Tesouro Jurídico da Justiça Federal

Tesouro do Senado Federal

Vocabulário Jurídico (Tesouro) do STF

Vocabulário Jurídico controlado (Tesauro) do STJ

Vocabulário Controlado de Termos Jurídicos da Biblioteca da EMERJ

Manual de Seleção de Atos Oficiais para indexação

Normas de Atendimento da Biblioteca e da Videoteca

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-EMERJ-029 – Medir a Percepção dos Clientes da EMERJ

Com vigência a partir de 25/07/2019

RAD sem Referências

RAD-EMERJ-030 – Selecionar e Avaliar Fornecedores

Com vigência a partir de 18/04/2018

Lei 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei 10.520/2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

Lei Complementar 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

Lei Estadual nº 287/79 – Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

RAD-EMERJ-031 – Tratamento de Saídas e de Produtos não Conformes na EMERJ

Com vigência a partir de 17/05/2019

RAD-EMERJ-033 – Coordenar os Trabalhos de Conclusão de Curso

Com vigência a partir de 02/09/2020

Regulamento do Trabalho Jurídico-Científico de conclusão de Curso da EMERJ

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

Caderno de Normas para a Elaboração e a Apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso da EMERJ.

RAD-EMERJ-034 – Gerir Recursos de Informática

Com vigência a partir de 20/02/2020

Manual de Backup de Arquivos disponível em <https://portaltj.tjrj.jus.br/>. Para localizar o manual é necessário estar logado na intranet. O caminho de acesso é Serviços > Manuais e Vídeos dos Sistemas de Informática > Manuais e Vídeos Internos > Backup de Arquivos.

RAD-EMERJ-035 – Gerenciar Cotações

Com vigência a partir de 06/11/2020

Lei 8666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências - artigo 24, inciso II;

Decreto Federal 9.412/2018 - Atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Decreto 3147/1980 - Regulamenta o Capítulo IV do Título V do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, aprovado pela Lei nº 287 de 04/12/79, que dispõe sobre a concessão, a aplicação e a comprovação dos adiantamentos e dá outras providências.

Lei nº 8.036/90, art. 27 – Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

Lei nº 9.012/95, art. 2º - Proíbe as instituições de crédito de conceder empréstimo, financiamentos e outros benefícios a pessoas jurídicas em débito com o FGTS;

Portaria nº 358/14 – Dispõe sobre a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional-PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União-DAU por elas administrados;

Ato Normativo TJ nº 16, de 01 de julho de 2010, com as alterações do Ato Normativo TJ Nº 03/2018. Consolida e disciplina as normas e procedimentos gerais de concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Manual de Adiantamento do PJERJ, do ano de 2012.

Ato Normativo nº 03/2019 – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências.

Instrução Normativa 03/2017 – Altera a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

RAD-EMERJ-037 – Realizar a Comunicação Institucional

Com vigência a partir de 31/05/2019

RAD sem Referências

RAD-EMERJ-038 – Coordenar Curso de Extensão

Com vigência a partir de 18/10/2019

RAD sem Referências

RAD-EMERJ-039 – Estruturar, Programar e Realizar Cursos de Especialização em Nível de Pós-Graduação Lato Sensu

Com vigência a partir de 24/10/2018.

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;

Regulamento do Trabalho Jurídico–Científico de Conclusão de Curso da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;

Tabelas de diversos pagamentos realizados na EMERJ;

Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996- Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007- Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização.

Deliberação CEE/RJ nº 328/2012- Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização;

Parecer CEE/RJ nº 32/2008;

Parecer CEE/RJ nº 29/2010;

Parecer CEE/RJ nº 251/2010;

Parecer CEE/RJ Nº 031/2014.

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento**

Elaborado e disponibilizado pela Equipe do Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br

15/12/2020